
Educação Física

PAULA PASTORI SALES DE ANDRADE

A violência escolar: um estudo deste
fenômeno através da revisão bibliográfica.



Rio Claro
2018

Paula Pastori Sales de Andrade

A violência escolar: um estudo deste fenômeno através da revisão bibliográfica.

Orientador: Luiz Augusto Normanha Lima

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de licenciada em Educação Física.

Rio Claro
2018

371.5 Andrade, Paula Pastori Sales de
A553v A violência escolar: um estudo deste fenômeno através da
 revisão bibliográfica / Paula Pastori Sales de Andrade. - Rio
 Claro, 2018
 40 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação
Física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biociências de Rio Claro

Orientador: Luiz Augusto Normanha Lima

1. Violência escolar. 2. Escola - Aspectos sociológicos. 3.
Educação. I. Título.

Agradecimentos

Agradeço a todos que, de maneira indireta ou direta, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

Atualmente percebe-se que as principais notícias dos mais fortes meios de comunicação orbitam o campo da violência. Este tema abrange diversos conteúdos políticos, a instituição escolar não fica fora diante desta crise que se instaura com a violência.

Deste modo este trabalho de conclusão de curso é uma revisão bibliográfica sobre o tema violência escolar. Este ensaio monográfico discorre sobre alguns aspectos da violência e suas consequências na educação e na vida escolar.

Palavras Chaves: Violência; Escolas; Disciplina;

Abstract

Nowadays it is perceived that most of the news from the strongest means of communication orbit the field of violence. Since this theme is a phenomenon that embraces several political contents, the school institution is not left out in face of this crisis that is established by violence.

Therefore, this study is a bibliographical review about school violence. This monography talks about some aspects of violence and its consequences in education and school life.

Keywords: Violence; Schools; Discipline

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. OBJETIVO GERAL.....	11
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
4. JUSTIFICATIVA.....	13
5. REVISÃO DA LITERATURA.....	18
5.1 – História da Violência Escolar no Brasil.....	19
5.2 – Violência Escolar e seus Conceitos.....	25
5.3 – Sistema de Proteção Escolar realizado pelo Governo do Estado de São Paulo.....	29
6. DISCUSSÃO.....	33
 4. CONCLUSÃO.....	 36
5 REFERÊNCIAS.....	38

Introdução:

Atualmente a escola não vem despertando discussões e interesses apenas por partes dos campos governamentais e acadêmicos, a mídia nos últimos 10 anos tem mirado suas câmeras para a instituição escolar. Evidência disso foi a divulgação do último censo escolar em quase todos os telejornais da televisão aberta brasileira, o que chama a atenção são os dados fornecidos pela mídia, todos eles de cunho alarmante e pouco críticos. A intensão do fornecimento das informações para o público foi o de evidenciar a crise que se instaurou nas escolas brasileiras.

A escola como instituição se vê sufocada por todos os lados, tenta através da equipe gestora e professores inserirem o conhecimento acadêmico dentro dos muros escolares, recebe ações e deveres por parte do poder público, é constantemente pressionada pelos mecanismos de comunicação em massa e por fim busca cumprir sua atuação como escola para a sociedade. Todas essas articulações expressam a necessidade de se superar problemas como: Precarização do ensino, excesso de alunos, falta de professores, dissociação dos projetos pedagógicos com o empirismo da escola, violência, indisciplina e diversos outros sintomas que abrem ainda mais essa fissura que eclode na educação. Diante a todos os sintomas dessa crise, a violência escolar salta o interesse por nos últimos anos ter aumentado significativamente, também as questões relacionadas à violência terem sido transformadas e recriadas de formas cada vez mais intensas e por fim devido ao imenso espaço que a violência ganhou na mídia.

Silva e Salles (2010) em seus estudos indicaram que os professores de escolas da rede pública do Brasil percebem o aumento nos números de casos de violência escolar, vão além ao perceber que não foram só os números que aumentaram, mas também as proporções e formas que a violência vem sendo aplicada no cotidiano escolar. Os docentes reconhecem, também, que a violência no decorrer dos anos tomou formas banalizadas, e que casos considerados violentos no passado, hoje passam despercebidos por todos os sujeitos que se relacionam no interior escolar.

Essa intensificação da violência percebida pelos professores nas pesquisas dos autores se afirma através de outro trabalho, o de Sposito (2010) que investiga historicamente a violência escolar no Brasil, a autora percebe que o tema da

violência escolar vem a tona junto com a democratização das escolas na década de 80, quando a mídia passou a promover notícias sobre depredação e furto do espaço escolar em zonas periféricas de São Paulo, diante a isso pais, professores, funcionários e alunos reivindicavam melhores condições de funcionamento das escolas. Em resposta o governo parte para uma política de proteção e zelo do espaço escolar: grades nas janelas, portões e muros altos, ronda policial e iluminação nas áreas externas.

O trabalho da autora auxilia a elucidar alguns aspectos da violência, quando juntamos seus achados com os de Pietrobon e Tavares (2016) em sua pesquisa investigaram os dados presentes no Sistema de Registro de Ocorrências da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (ROE/SEE – SP), o Sistema funciona como um diário das ocorrências de violências ocorridas nas 5.646 escolas estaduais. Os pesquisadores laçaram estes dados em programas estatísticos no intuito de levantar números que auxiliem a criação de programas e projetos ligados à violência escolar. Os autores constataram que entre janeiro de 2007 até maio de 2009:

46,8% das escolas estaduais de São Paulo reportaram pelo menos um caso de violência. Neste período foram registradas 14.107 ocorrências de atos contra o patrimônio e 13.233 ocorrências contra a pessoa. Dentre os atos contra o patrimônio, a depredação de mobiliários ou da estrutura física da escola (lâmpadas, vidros etc.) foi a ocorrência mais frequente (30,5%), seguida das invasões ou arrombamentos (23,2%) e pichações de paredes ou muros dentro ou fora da escola (18,1%). A subtração de equipamentos, materiais e outros objetos da escola correspondem a 12,6% destas ocorrências, sendo que 11,5% são furtos (sem uso de armas) e 1,1% são roubos (com uso de armas). As ameaças e explosões de bombas no interior das escolas são bastante frequentes e respondem por 9,2% destes atos. Por fim, as ocorrências menos frequentes referem-se à danificação de veículos (3,4%) e blecautes ou incêndios provocados (3,0%). Já em relação aos atos contra a pessoa, os mais frequentes são os casos de agressão e ameaça contra alunos (49,8% e 8,7%) e agressão e ameaça contra professores e funcionários (7,3% e 18,5%). Em seguida, aparecem os casos de furtos contra alunos, professores ou funcionários (8,2%). O porte, o consumo e o tráfico de drogas ilícitas respondem por 5,2% destas ocorrências. O porte de armas brancas ou armas de fogo, os tiroteios e os roubos correspondem a 2,0% destes atos. Os atos contra a pessoa menos

frequentes referem-se aos sequestros, sequestros-relâmpago, crimes de violência sexual e homicídios praticados contra alunos, professores ou funcionários, que totalizam cerca de 0,3% das ocorrências.

(Tavares e Pietrobom, 2010; p 476)

Apesar de extenso, os dados estatísticos confirmam os sentimentos dos professores que afirmam o aumento e intensificação da violência escolar, pois o que antes a violência estava relacionada ao seu exterior com furtos e depredação, hoje os aproximados 49% de registro de ocorrências para agressão e ameaças entre estudantes mostra que outras formas de violências vêm sendo criadas e reinventadas, como é o caso do “bullying” e das mais extremas e radicais formas, as violentas barbáries noticiadas nos dias atuais que envolvem armas de fogo e homicídios no espaço escolar.

No Brasil em outubro de 2017 um estudante do 8º ano de uma escola particular de Goiânia, tirou da mochila uma pistola e fez disparos contra outros estudantes. Foram 2 mortos e 4 feridos. Detido o estudante confessou a polícia que sofria bullying de seus colegas de sala. (acessado em G1, 06/01/2018)

Outra notícia se deu recentemente e ocorreu nos Estados Unidos, é importante lembrar que os Estados Unidos é um dos países mais expressivos em casos de ataques com armas de fogo em escolas. Em fevereiro de 2018 um ex-estudante de uma escola em Parkland, Florida, entrou nas dependências da escola tocou o alarme de incêndio e efetuou disparos na direção dos aglomerados de estudantes, levando 17 a óbito. O ex-aluno havia sido expulso pela instituição por apresentar comportamentos agressivos e violentos. (Acessado G1 17/02/2018)

Apesar dos sentimentos diante as duas notícias, direciona-se o foco para dois pontos: Como a mídia atuou diante aos dois casos e uma análise profunda dos envolvidos dos acidentes. O jogo midiático em cima dessas duas catástrofes foi de lançar o absurdo que estamos enfrentando e também procriar o sentimento de insegurança que cerca a vida de muitos brasileiros, além disso os casos foram acompanhados até o momento das punições preventivas, colocando os espectadores num espécie de novela da vida real, onde se acompanha fato a fato do processo de prisão do envolvido e pouco se discute as questões que atravessaram os sujeitos e que os lançaram a cometer suas ações.

Ambos os envolvidos apresentavam um grande sofrimento diante a interação e relação pessoal presente na escola, ambos se apresentavam como números que preenchiam os dados de estatísticas de violência e pouco eram acolhidos. O aluno brasileiro passava por uma violência sem contato físico, já o americano apresentava diversas ocorrências de agressão na escola, o que é possível relacionar destes dois tipos diferentes de violência é que tanto uma quanto a outra tem acabado do mesmo modo.

Somado-se as notícias a pesquisa de Dias-Aguado (1996) (apud Martins, 2005) que afirma que quando o sujeito é exposto a atos de violência e agressões, seja como executor ou vítima, tende a utiliza-la futuramente, principalmente se esta exposição foi dada no período da infância e adolescência. Tais informações sobre violência reforçam teorias que a afirma como algo aprendido ou, ainda, que se reproduz, quando se expõe a muitos atos violentos, isso não cessa, são atos infinitos, humanos, desumanos, que sempre houveram e sempre haverá no mundo inteiro o aumento da violência.

A violência pode ser quantificada em termos precisos da ocorrência, no entanto, há pouco interesse na comunidade acadêmica científica em realizarem pesquisas que buscam interpretar e compreender o ser violento, o ato violento. Martins e Bicudo (1989), apresentam a diferença de fato e fenômeno, fato como uma relação de causa e efeito e o fenômeno como uma ação. Neste sentido, a violência enquanto fato pode ser quantificada e medida. Já a violência como fenômeno seria o ato do Ser, o violentando e o sendo violentado, O fenômeno é o gerúndio na escrita, o ato do ser violento, é a violência em si. O caminho metodológico para se estudar e pesquisar a violência raramente tem sido realizado para se entender a violência enquanto ato, enquanto fenômeno. Por este motivo sempre os estudos são da quantificação da violência, no entanto, pouco se sabe sobre o ser violento ou o ato da violência o violentando e o violentado.

Objetivo Geral:

- Analisar e refletir o fenômeno da violência escolar através da revisão bibliográfica.

Objetivos Específicos:

- Analisar historicamente o fenômeno da violência escolar;
- Evidenciar teorias e conceitos acerca da violência escolar;
- Refletir estratégias e possibilidades para o enfrentamento do fenômeno;

Justificativa:

A violência escolar, seja ela presente na mídia, na literatura acadêmica, em programas e discussões do poder público e até mesmo na instituição escolar, aparece como sintoma da crise que se instaura na educação nacional e também como catalisador da mesma. Estas ocorrências trazem para os grupos que se relacionam com a instituição, pais, alunos, professores, funcionários e comunidade, um sentimento de impotência e insegurança, impotência por ver a instituição escolar ruir diante aos diversos problemas e de insegurança marcado pela incerteza da vida diante ao crescimento das formas de violência.

Este sentimento que atravessa todos os envolvidos na escola é definido como síndrome de Bournout, que se define como o esgotamento das ações e das potências dos sujeitos mediante a esta crise que se instaura na educação (Pescador; Domínguez; 2001). Este sentimento de esgotamento é perceptível quando no momento de formação acadêmica durante o processo de estágio é notório o modo cansado como a maioria dos professores operam suas longas jornadas de trabalho, os estudantes inseridos em uma dinâmica educacional que pouco produz e muito se subtrai, os funcionários exaustos de tamanha burocracia, pais perdendo a confiança no processo de formação de seus filhos e a comunidade cada vez mais excluindo a escola de seu entorno.

Mediante a todo este esgotamento fica a pergunta: Como é possível operar a instituição escolar onde todos seus pertencentes encontram-se imersos em uma inércia que dificulta o movimento? A pesquisa de Aquino (1998) nos fornece muitas referências, em seu trabalho o autor foca em relacionar o tema da violência escolar com o cotidiano prático e teórico do professor. O trecho retirado refere-se a uma exemplificação do pesquisador em expor como a maioria das escolas tem lidado com os casos que extrapolam a norma escolar, sendo um deles a violência escolar.

Nessa perspectiva, a palavra de ordem passa a ser o “encaminhamento”. Encaminha-se para o coordenador, para o diretor, para os pais ou responsáveis, para o psicólogo, para o policial. Numa situação-limite, isto é, na impossibilidade do encaminhamento, a decisão, não raras vezes, é o expurgo ou a exclusão velada sob a forma das “transferências” ou mesmo do “convite” à auto-retirada. (Aquino, 1998; p 8-9)

Este trecho do trabalho do pesquisador trás para este trabalho o alerta de que as medidas de proteção e zelo tomadas até hoje nas dependências da escola têm ocasionado como última medida a transferência ou o “convite” de auto retirada. Esta última ação nada mais é do que a proteção do espaço escolar daquele jovem que cometeu alguma infração, passando a ideia de que a instituição é um espaço que não condiz com a atuação do sujeito, ao modo que quando trazemos a função de formação de sujeitos para a discussão percebemos que todo o convívio do aluno dentro e fora escola o direcionou para suas atitudes e a escola retira seu peso nesta formação e através da expulsão o exclusão dos alunos.

Com esta reflexão percebe-se o quanto estas medidas “tampam o sol com a peneira”, uma vez que ela somente lança para fora dos muros o aluno, sem fornecer para esses casos estratégias e possibilidades que perpassem a transformação dos valores e emoções deste sujeito na medida em que ele se confronta com algo que realmente o acolha.

Este modo de lidar com as situações de violência que vem sendo tomado pelas escolas pouco tem contribuído para o atravessamento destes eventos, e indo além esta ineficácia cultiva o sentimento de impotência e insegurança, que segundo Pietrobon e Tavares (2016) através dos autores Reynolds, Heng, Leischied e Killip, constataam que o sentimento de insegurança e impotência, cadenciam no afastamento dos jovens das escolas, sendo por cuidado com a vida ou por descrédito na instituição como formadora respectivamente.

Acerca deste descrédito dos alunos em relação à instituição escolar os autores Molpeceres, Pons e Lucas (2000) (apud Silva e Salles, 2010), mostram que a escola como apropriadora de conhecimentos relevantes e como auxiliar na ascensão social tem recebido muito descrédito por parte dos alunos e isto ocasiona nesses jovens um sentimento de ausência de sentido e os direcionam para expressões rebeldes diante das normas estabelecidas pela instituição.

Diante a essa rebeldia outro estudo, o de Martins (et. al. 2016) constata a mesma coisa que os autores anteriores. Ao observar e interrogar professores da rede pública do estado de São Paulo o grupo mostra que os

professores afirmam que nem sempre os alunos “prestam a atenção nas aulas”, “fazem as lições de casa” e “tiram boas notas”. Esta expectativa de bons alunos por parte dos professores se relacionam diretamente com estas normas impostas pela escola, em que os estudantes devido aos desgastes da vida escolar se inclinam a apresentar atitudes que rompam com esta norma ao modo de que para a escola estes se tornem alunos rebeldes e indisciplinados.

Os inúmeros lados que se abrem com a violência escolar, onde alunos são descrentes com a escola, os professores descrentes com os alunos e a instituição descrente de um atravessamento nos mostra o quão se faz necessário o interesse acadêmico pelo tema da violência escolar. Pesquisas como a de Aquino (1998) nos mostra que se instaura também na profissão de professor uma crise-autoritária, isso devida às inúmeras transformações que a escola passou no decorrer dos anos. Onde antigamente os professores detinham todo o conhecimento e com isso manipulavam as salas de aula através de uma relação onde conceitos como: respeito e medo muitas às vezes se misturavam. Hoje devido aos diversos mecanismos de informação, ao apoio acadêmico em desmistificar formas tradicionais e autoritárias de educação e na ressignificação do jovem do passado para o jovem do presente o conhecimento não passou a ser uma força em que somente o professor detém, hoje os alunos devido aos aspectos citados a cima dividem a força do conhecimento com os professores, gestores e funcionários, o que acaba por desestabilizar as formas arcaicas de hierarquia escolar.

Martins (et. al. 2016) mostram que quando o governo do estado, através de políticas públicas que promoviam o diálogo como principal ferramenta para a transformação dos casos de violência, os professores que participaram de um dos cursos de formação apresentaram-se receosos com as propostas de diálogos e afirmavam sentir falta de medidas mais afirmativas, e que também apresentavam com isso o medo de perder a autoridade diante aos alunos e as ações.

Ambos os autores citados acima nos trazem para a reflexão uma análise histórica quando evidenciam que o sentimento de autoridade por parte dos professores e gestores é uma estratégia bastante antiga que se configurou para uma sociedade passada, e que ao ser aplicada nos tempos de hoje, tem apresentado diversas falhas. Essas falhas acontecem porque houve por parte dos alunos um empoderamento perante o conhecimento, isso devido aos inúmeros mecanismos de informação que os jovens de hoje se confrontam. Grande parte dos professores e

gestores, não estão preparados ou não abrem mão, de dividir o espaço do conhecimento com esta transformação no perfil dos alunos nos tempos atuais.

Salles e Silva (2010) trazem como consideração final esta autoridade que a escola se sustenta, eles afirmam que parte da violência escolar se justifica pelas normas e disciplinas presente no cotidiano do jovem aluno, ainda pontuam as diferenças de formas e intensidades presentes nesta relação de poder implicada sobre os alunos. Perceber que mesmo antes da violência escolar ser diretamente relacionada aos alunos, já haviam outras formas de violência física e psicológica e que além de ser pouco percebida é também mascarada pela sensação de ordem e pelos sentimentos de zelo e proteção à instituição escolar.

Ao se confrontar com todos os aspectos apresentados até aqui, que ao mesmo tempo são causas e consequências da violência escolar, surge para a reflexão pensarmos a instabilidade que o ambiente escolar tem gerado para seus funcionários e alunos. A exaustão profissional presente nos funcionários, e a descrença dos alunos ocasiona numa relação escolar que pouco produz e isso se traduz nos baixos índices que a educação brasileira apresenta.

Os baixos índices indicam uma educação precária e também pressionam a escola em sua função de formação do indivíduo. Diante a educação precária e relacionando-a com a violência escolar com o papel formador da escola os autores Tavares e Pietrobon (2016) concluem em sua pesquisa sobre os índices da violência escolar o seguinte:

A violência sofrida na infância e juventude exerce impactos bastante perversos sobre as habilidades socioemocionais, o aprendizado, os resultados do mercado de trabalho e o engajamento em comportamentos de risco na vida adulta. Os impactos da violência escolar são ainda mais preocupantes, uma vez que esta atinge principalmente estudantes com maiores desvantagens socioeconômicas. Apesar disso, a literatura empírica sobre os fatores associados à violência escolar é escassa, o que dificulta o desenho de políticas públicas que atuem sobre sua redução.

(Tavares e Pietrobon, 2010; p. 495)

Todo o caminho percorrido até agora e todos os autores recrutados nos servem para perceber que a violência escolar tem sido um potente objeto de estudos acadêmicos, por mais que por poucos, como afirma Sposito (2010), que esta situação tem despertado bastante interesse da mídia e que essa mídia muitas às vezes mais se preocupa com o “escândalo” da situação do que de proporcionar zonas críticas de discussão em seus espectadores, e que as consequências no decorrer dos anos só tem aumentado, sendo as consequências o aumento das ocorrências e também as intensidades desta.

Deste modo este estudo de conclusão de graduação se justifica não na intenção de remediar, nem muito menos “sara” a instituição, mas sim, de contribuir com a literatura acadêmica acerca do tema reconhecendo os diversos modos em que a violência escolar se relaciona e também como esta vem operando no decorrer da história e por fim através das decorrências possibilitarem uma reflexão crítica acerca do tema sem que caiamos em visões ultrapassadas e que mais contribuam do que auxiliem no atravessamento da violência escolar.

Revisão da Literatura:

Os achados acadêmicos a respeito da violência escolar nos direcionaram a traçar uma divisão para esta revisão da literatura. Deste modo dividimos em três subcapítulos, sendo eles: História, conceitos teóricos e por último um levantamento de estudos que se restringiram aos programas relacionados à violência escolar do estado de São Paulo.

No primeiro sub capítulo é recrutado a importância de se olhar para trás para produzirmos o hoje, sem que cometamos os erros e tropeços presente na avaliação da história. Assim utilizaremos de autores que em suas pesquisas tiveram a preocupação de traçar historicamente a violência escolar, início da preocupação dos poderes públicos diante ao tema e os caminhos percorridos até os tempos atuais.

Para o próximo, serão apresentados conceitos que nos orientem a pensar como a violência escolar ocorre, quais são os tipos de violência presente na escola e também analisar e relacionar conceitos distintos de violência.

Por último será feita uma análise histórica dos programas realizados pela Secretaria de Educação de São Paulo dando um aprofundamento maior no Programa de Proteção Escolar, isso porque este é o programa aplicado atualmente nas escolas estaduais de São Paulo.

5.1 – História da Violência Escolar no Brasil

A História da Violência escolar no Brasil segue para dois caminhos, um que observa a violência escolar através de atos violentos ao patrimônio da escola e também nas agressões presentes no convívio social do cotidiano escolar. O outro caminho é o de pensar na história da escola e como suas práticas pedagógicas foram aplicadas, assim encontra-se nestas formas uma violência mascarada, que é a hierarquia escolar, onde a gestão administrativa responde ao estado, a gestão pedagógica responde a gestão administrativa e por fim os discentes respondem a gestão pedagógica. Deste modo perpetuou-se pelo decorrer dos anos, relações de poder presentes nesta hierarquia, professores “podados” por seus gestores e alunos “podados” por seus professores.

É neste segundo caminho que Aquino (1998) realiza seus estudos, o autor mostra as diversas formas de violências presentes na relação entre aluno e professor, o pesquisador vai além ao depositar no lado dos professores um peso maior ao afirmar que a profissão requer sempre de uma constante mudança, seja ela de paradigmas ou até mesmo de maneira mais aplicada, quando se traçam estratégias para o enfrentamento de problemas proveniente de um grupo específico de alunos. Ainda nesta pesquisa o autor (apud Guirado 1997) trás reflexão a cerca das instituições e com isso levanta questionamentos pertinentes para o traçado histórico da violência escolar:

Estamos definindo as instituições como relações ou práticas sociais que tendem a se repetir e que, enquanto se repetem, legitimam-se. Existem, sempre, em nome de um “algo” abstrato, o que chamamos de seu objeto. Por exemplo, a medicina pode ser considerada, segundo nossa definição, uma instituição e seu objeto, pode-se dizer, é a saúde. As instituições fazem-se, sempre também, pela ação de seus agentes e de sua clientela. De tal forma que não há vida social fora das instituições e sequer há instituição fora do fazer de seus atores. (Aquino, 1998; p 9; apud Guirado 1997)

Este recorte se mostra demasiadamente valiosos quando expõem a compreensão do conceito de instituição, sendo relações e práticas sociais que se repetem e ao se moverem dessa forma se legitimam. Esta definição se choca com o surgimento da instituição escolar, que se configurou através da relação e prática das

necessidades socializadoras dos indivíduos. Assim define-se a escola como instituição e a educação como objeto desta.

Ainda no segundo caminho da história da violência escolar, e com suporte dos autores citados a cima, aparece-nos para a reflexão as estratégias tomadas pela instituição escolar para cumprir com o seu objeto que é a educação. Desde os primórdios a escola abrangeu a educação de diversos sujeitos, ou seja, para as “massas”, isso só ocorreu porque neste mesmo momento a sociedade passava por imensas mudanças sendo a principal dela a revolução industrial. Seguindo estes ideais que eclodiam na época a escola optou por aproximar seu movimento com o movimento das indústrias, como exemplo o “fordismo”, onde a produção passou a ser dividida por setores. E assim fez a escola, dividiu seus conteúdos em matérias e tornou o momento escolar das crianças e jovens em cargas horárias.

Avançando na história, a revolução industrial possibilitou o surgimento de um novo sistema político e econômico, o capitalismo. Deste modo a escola que anteriormente já vinha se fundindo com a indústria passou a receber influências deste novo sistema, é neste momento que as questões voltadas ao mercado de trabalho passaram a preencher as discussões no ambiente escolar. Estas discussões orbitavam a respeito do real papel e função da escola, uma vez que agora ela também tinha que se relacionar além da educação, com o mercado de trabalho. Este período é marcado pelo surgimento dos ensinos técnicos que além de cumprir com as questões educacionais, também formavam seus discentes para funções técnicas exigidas pelo mercado de trabalho.

Outra transformação que passou a instituição escolar, e que demarca o início de nossos tempos, é a reconfiguração que do capitalismo para o neoliberalismo onde o capital passa para segundo plano e o consumo passa a ser a engrenagem primordial do sistema. Neste ponto a escola passa por essa transformação de duas formas, uma sendo ela a própria consumidora de produtos, isso se justifica com o aparecimento de diversas matérias pedagógicas e também na compra de tecnologias para auxiliar sua função. Neste ponto pode-se pensar que é valioso a escola passar a adquirir melhores recursos para seu trabalho, mas o que nos salta os olhos são as notícias atuais que evidenciam o quanto de dinheiro público é gasto com esses materiais e quantos deles são realmente utilizados por

alunos e professores. Este é o ponto que trazemos para a reflexão e que se relaciona com o a ótica do consumo, a aplicabilidade destes materiais pouco importa, uma vez que o real objetivo é mostrar o poder de consumo da instituição relacionando este poder de compra com qualidade do serviço. A outra forma que o consumo foi absolvido pela instituição escolar foi para justificar sua função, uma vez que com a formação escolar os sujeitos têm maiores chances de “sucesso” na vida, podendo se adentrar em empregos com salários mais altos.

Ao relacionar essas transformações históricas com os autores citados até agora percebemos que a escola foi aos poucos deixando de lado suas funções iniciais para ir se estabelecendo e se adequando as necessidades que vinham surgindo no decorrer dos anos. Os autores não põem a pensar o quanto essas transformações não atingiram de forma violenta os indivíduos que se relacionam na escola. As escolas passaram a responder índices, no intuito de com eles justificar suas funções e assim serem consumida pela sociedade. Os professores deixaram o conhecimento e passaram a responder exigências provenientes dos índices. Os alunos, vistos como produtos, passaram a sofrer exigências de resultados que permitam a escola poder divulgá-los positivamente. Com isso podemos pensar que as estratégias tomadas pela instituição escolar para se perdurar no tempo foram demasiadamente violentas quando olhamos para os indivíduos que estão envolvidos nela.

De acordo com alguns fatores, político e econômicos concluímos este modo histórico de visualizar a escola e sua relação com os imperativos hierárquicos, e ainda com Aquino (1998) trazemos um trecho da pesquisa em que o autor confirma estes fatores e apresenta mais alguns deles:

Em termos especificamente institucionais, a ação escolar seria marcada por uma espécie de “reprodução” difusa de efeitos oriundos de outros contextos institucionais molares (a política, a economia, a família, a mídia etc.), que se fariam refletir no interior das relações escolares. (Aquino, 1998; p.8)

Deixando os caminhos tomados por esses autores partimos agora para uma discussão mais focada na violência escolar como: as depredações e furtos do

patrimônio institucional e as agressões interpessoais, mostrando seu surgimento no interesse acadêmico e público e também seus desdobramentos.

Sposito (2001) em sua pesquisa sobre o tema da violência escolar nos meios da literatura e também do Estado evidência que o surgimento da atenção ao tema se deu no início da década de 80, e que esta atenção foi gerada através das políticas de democratização do espaço escolar.

A democratização do espaço escolar teve a intenção de tornar o espaço da instituição em um espaço utilizável para seus envolvidos, sejam eles funcionários, professores, alunos, pais e a comunidade no entorno das escolas. Este período é marcado pela construção de diversas escolas em pontos periféricos das cidades, a estratégia levava a ideia de criar nesses bairros escolas, e que essas escolas pudessem fornecer aspectos que fossem além dos seus rotineiros.

O termo da violência escolar ganha atenção neste período por haver uma maior visibilidade dos problemas e necessidades da população, a segurança um problema que se arrasta na história do Brasil foi a principal responsável por trazer a tona o tema da violência escolar nas discussões do governo e da academia.

No que se dizia a respeito à segurança nas escolas, o que mais surgia nas pesquisas e notícias eram ocorrências de furtos e depredação do patrimônio. Tendo a força policial sido a primeira resposta ao sentimento de insegurança nacional, esta mesma estratégia também foi tomada nas questões da violência escolar. Rondas policiais passaram a ser rotina nos horários escolares e também os casos registrados pela escola que envolviam depredações e furtos também eram encaminhados para os órgãos de segurança. Além do policiamento foram tomadas posturas de zelo e proteção em relação à instituição, muros foram erguidos e aumentados, as áreas externas receberam iluminação e as janelas das salas de aula passaram a conter grades. Essas medidas eram justificadas pelo pensamento de que os principais violentadores eram ex-alunos excluídos do sistema educacional. Também mostra que neste momento questões relacionadas aos processos de socialização dos envolvidos no cotidiano escolar ficava de fora das discussões acerca da violência escolar.

Guimarães (1994, apud Sposito, 2001) concluiu em sua pesquisa que no final da década de 80 a ronda policial desempenhou papel positivo na diminuição do número de ocorrências relacionadas a roubo e depredação nas escolas, mas a autora também evidencia que neste mesmo período houve um aumento significativo nos casos de brigas físicas entre os alunos.

Este período, final da década de 80 e início da de 90, também é marcado pelo aumento da criminalidade provinda do crime organizado, através de armas e tráfico de drogas. Também neste período a violência escolar passa a ser discutida por outro foco, o da sociabilidade entre jovens com o mundo adulto. Assim passa a fazer parte das estratégias de atravessamento da violência escolar políticas de cunho educativas, que tinham a intensão de trazer para a escola temas relacionados à violência que pudessem ser discutidos e refletidos pelos alunos. Sposito (2001) mostra que neste período surge um aumento da participação de ONGs com a escola.

Com a atenção dada as relações sociais presente na escola, a literatura acadêmica no final da década de 90 começa a contribuir um pouco mais com o tema do que nos anos anteriores, consequência disso é o aparecimento do conceito de “*bullying*” nos trabalhos acadêmicos. Salles e Silva (2010) apoiam esta afirmação em sua pesquisa quando constatarem que a partir de 1990 os maus tratos aos escolares passam a ser conhecidos como “*Bullying*”.

O que a década de 90 foi marcada pela criação de conceitos a respeito da violência escolar os anos seguintes passaram a se atentar nas decorrências e consequências que os jovens estão sendo submetidos. Assim este período é marcado pela inter-relação dos conceitos da violência escolar com achados de outras áreas de conhecimento, exemplo disso é o aparecimento do campo da psicologia e das Ciências Sociais na discussão da violência escolar (Sposito 2010). Esta inter-relação tem como principal fio condutor as escolhas que jovens que sofreram com a violência escolar têm tomados para remediar seus sentimentos, sendo eles o suicídio ou a ideia de vingança para com a instituição escolar e seus pertencentes.

O trabalho de verificação histórica acerca da violência nos serve para trazer um maior entendimento de como esta violência tomou as formas que tomou nos

tempos atuais, e principalmente para analisarmos quais foram os modelos utilizados e quais são suas qualidades e defeitos que nos permitam contribuir academicamente com o atravessamento desta realidade.

5.2 – Violência Escolar e seus conceitos.

Abordar os conceitos teóricos acerca da violência escolar tem sido o trabalho de diversos pesquisadores, assim também é certo que existem inúmeras maneiras de abordá-la e devido a isso são diversos os conceitos encontrados na literatura. Alguns desses conceitos podem ser bastante relacionados entre si, encontrando pequenas diferenças nas terminologias e também em suas classificações, já outros são bastante distintos quando comparados, mas apresentam modos de análises que se fazem interessantes e pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Dentre estes destacamos algumas definições que contribuem para uma compreensão mais crítica acerca do tema.

Coie e Dodg 2008 e Dias-Aguado 1996 (apud. Martins, 2005) ao analisar estes autores trás definições importantes sobre a violência escolar e também esclarecimentos da diferença entre violência e indisciplina na escola. Eles consideram violência e agressão conceitos semelhantes que têm em comum a aplicabilidade de força e poder em outro sujeito, assim eles criam dois subgrupos para estes conceitos: Violência expressiva e violência instrumental. A primeira se caracteriza pela situação que a gera, ou seja, o sujeito através da tensão de não consegue lidar com dada situação não encontra outra forma a não ser a violência. Na segunda, a violência instrumental, esta ligada no resultado em que o sujeito que a prática espera receber, ou seja utiliza da violencia para gerar um imperativo ao um outro. Esta divisão contribui para uma classificação mais adequada das ocorrências de violência na escola e também fornece traços que permitem um maior entendimento para se lidar com situações de violência. Assim tomaria para a violência expressiva aspectos mais emocionais que funcionam como gatilhos que disparam a ação violenta, já para a violência instrumental aspectos mais profundos do sujeito como seu modo de se relacionar com o outro diante ao poder ou autoridade conquistada de alguma forma. Também se nota na pesquisa que é possível o aparecimento dos dois subgrupos em um único sujeito.

Os autores Amado (2000) e Estrela e Amado (2000) (apud. Martins 2005) evidenciam que há fatores conceituais que diferenciam o conceito de violência com o de indisciplina. Para isso eles dividem indisciplina em 3 níveis, sendo eles:

Nível I: Abrange a resistência ao cumprimento de regras através de desvios compreensíveis e sempre presentes no dia a dia escolar, em função de exemplo seriam os ruídos ao fundo de aulas, realizar atividades paralelas às propostas pelo professor, maneiras de burlar o uniforme escolar.

Nível II: Conflitos inter-pares que surgem na relação do aluno com outro membro igual da instituição, seja ela realizada por um único sujeito ou praticada por um numero maior de membros. É posto que este nível de indisciplina pode desencadear em atos de agressão e violência, podendo também ser física no caso de brigas e ameaças corporais, ou simbólicas através de apelidamentos ou satirizações de ações, como é o caso do *“Bullying”*.

Nível III: O último se caracteriza pelos conflitos do aluno com professores e gestores, os principais exemplos são: Desafio de autoridade, desrespeito ao ouvir, contestações e afrontes. Também é compreendido que deste nível possa surgir atos mais intensos de violência contra os professores, gestores e funcionários.

Outro pesquisador em seu trabalho trouxe definições e conceitos sobre a violência escolar através da ótica de pesquisadores franceses, eles intuem distinções entre os termos violência, transgressão e incivilidade. Para eles violência é restringida por práticas que ataquem a lei vigente, podendo ser atos de extorsão, lesão, tráfico de drogas e insultos graves. Já a transgressão se caracteriza pelo comportamento rebelde perante ao regulamento interno da instituição escolar mas que não gere infrações perante a lei, sendo eles: Falta de respeito, absenteísmo, não realização de tarefas escolares e etc. Por fim a incivilidade que não esta relacionada ao não cumprimento das leis e nem das normas escolares mas sim as regras da boa convivência, atos como empurrões, desordens, palavras grosseiras. Ela se caracteriza por cotidianamente invadir e desrespeitar os direitos dos envolvidos no ambiente escolar. (Charlot, 2002)

É possível notar que os conceitos e definições trazidos pelos autores até agora coincidem no campo dos sentidos, mesmo suas terminologias e classificações sendo diferentes. Tal fato não desvaloriza nenhuma delas, pelo contrário trás pontos de partidas diferentes que se encontram semelhantes nos resultados, agregando positivamente a compreensão deste fenômeno.

Caldas Aulete (1964) (apud. Aquino, 1998) já citado anteriormente trás em seu trabalho uma definição antiga a cerca da violência:

Permitam-nos, contudo, um recuo, a título de densificação do próprio conceito em foco: o de violência, propriamente. Por violência denota-se a “qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade (...) // intensidade (...) // irracibilidade // força que abusivamente se emprega com o direito // opressão, tirania // ação violenta// (jur.) constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obriga-la a fazer ou a deixar de fazer um ato qualquer; coação” (Caldas Aulete 1964; apud. Aquino 1998, p. 13.).

Por mais que o autor tenha usado uma definição bastante antiga, mesmo antes de terem surgidos pesquisas diretamente focadas na violência escolar, este achado se faz interessante porque na visão do autor a violência escolar é um fenômeno presente na escola desde seu surgimento, justificando esta afirmação e como visto em capítulos anteriores à hierarquia em que a escola está construída já por si só representa uma violência escolar.

Por mais antigo que seja, o conceito apresentado pelo autor mostra outra maneira de se avaliar a violência escolar, através do caminho contrário: não pelos alunos e sim pela instituição e seus funcionários. Pain (2010) (apud. Silva e Assis, 2017) chama este tipo de: “violência institucional”, que se caracteriza pela violência política das instituições regidas pelo sistema capitalista, e também na estruturação de suas relações sociais, trazendo para o conceito a ideia de que a violência seja algo endógeno da própria escola.

Visto os conceitos acerca da violência escolar deste foco da violência institucionalizada, trazemos para a reflexão a visualização destes conceitos no imaginário dos sujeitos envolvidos, os alunos. Njaine e Minayo (2003) mostram em sua pesquisa que a violência utilizada pelos alunos muitas às vezes são compreendidas por eles como sinônimo de poder, autoridade e reconhecimento, com a intensão de desafiar determinadas normas sociais. O interessante deste achado acadêmico é quando analisamos estas normas sociais, visto que os jovens buscam o poder, a autoridade e o reconhecimento, as normas intuem que o poder, a autoridade e reconhecimento são conquistados através de trabalhos relacionados ao

esforço do sujeito, seja por melhores notas, melhores empregos, melhores condições de moradia e consumo. Desta forma os jovens já desacreditados do sistema escolar não o reconhecem como um caminho para estas desejáveis conquistas, assim acabam irracionalmente tomando outras formas de ações que trazem, na visão dos estudantes, o reconhecimento, o poder e a autoridade.

Outros autores como Salles e Silva (2010) através de uma pesquisa que buscou diferentes conceitos sobre violência escolar, aponta um termo que se tornou rotineiro no meio acadêmico a “violência simbólica” essa que aparece através de signos, metáforas, preconceitos, desenhos ou qualquer atitude com sentido ameaçador. Eles também validam nossas investigações até agora quando afirmam que os conceitos buscados orbitam 3 planos: O primeiro trata de estudos que buscaram interpretar prioritariamente a violência física. O segundo enfoca a violência verbal, as agressões e auto-agressões (suicídio). E por fim o terceiro que relaciona a violência com os preceitos de operação da instituição escolar. Os autores geraram para este estudo a reflexão da importância de revisar estes três planos e assim construir mecanismos de discussões e críticas mais amplas.

Gomes e Martins (2016); Abramovay e Rua (2002); CECCON et. al... (2009) (apud. Martins, Machado e Furlanetto 2016) mostram a violência simbólica também como psicológica e a definem como fazer o outro se sentir menosprezado e marginalizado em ambientes públicos ou privados.

Após as conquistas acerca dos conceitos sobre violência escolar percebemos o quanto se faz necessário estes estudos conceituais para o delineamento de estratégias e políticas públicas que contribuam para o atravessamento desta violência situada na escola. As diferentes iluminações acerca dos termos também mostram a violência escolar como um problema multifocal que abrange não só a escola como outros mecanismos que se relacionam diretamente e indiretamente com esta instituição. Por fim os estudos conceituais também nos servem para ampliar nossa compreensão podendo assim criar divisões de sentidos que antes nos pareciam muito misturados.

5.3 Sistema de Proteção Escolar realizado pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema de Proteção Escolar é um projeto da Secretária de Educação do Estado de São Paulo e tem a principal função de possibilitar diálogos e discussões acerca do tema da violência escolar e também de amparar os envolvidos neste fenômeno, como veremos mais a frente neste capítulo.

O projeto foi criado através de um projeto anterior realizado na cidade de Guarulhos e no bairro paulista Higienópolis, o “Justiça e Educação em Higienópolis”. Este projeto seguia a perspectiva de que atos de violência eram desencadeados nas escolas por situações anteriores que não houveram acolhimento e diálogo com as partes envolvidas, assim o projeto pretendia analisar diferentes formas de violência escolar e através disso lidar com diversas perspectivas. O projeto atuou em parceria com a Justiça, a Educação, a Comunidade e o Conselho Tutelar e orbitava através da aprendizagem de procedimentos restaurativos por parte dos facilitadores restaurativos que iriam atuar nos Círculos Restaurativos, nas escolas, no Fórum e na comunidade. A secretária de educação realizou o curso de Formação de Lideranças Educacionais onde participaram 5 integrantes de cada escola e também gestores do sistema Judiciário. (Gomes e Martins 2016)

Neste contexto e com resultados positivos do projeto anterior o Governo do Estado em 2009 cria o Programa de Proteção Escolar e o instaura em 2010, apontando a necessidade das escolas em ações que previnam, mediem e resolvam conflitos. Deste modo, através de resoluções, a secretária de educação cria um novo cargo para este programa o de Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC). Este novo professor escolar tem a função de atuar como mediador diante aos casos de violência através da criação de espaços de diálogos com alunos, orientações aos pais, análises dos riscos em que a criança está envolvida, orientar as famílias a procurarem o sistema de Proteção Social como forma de segurança e por último realizar atividades pedagógicas que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem.

Os PMEC foram selecionados pela Secretária de Educação através de alguns critérios classificatórios: Teriam prioridade docentes titular da escola que se encontrassem sem aulas, em seguida o docente readaptado e por fim o docente

ocupante da atividade. As escolas que despertassem interesse em se inscrever no programa deveria apresentar uma manifestação de interesse junto à secretária de educação. Além disso, as escolas deveriam apresentar baixo Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), apresentar um número razoável de ocorrências de violência escolar e por fim estar situada em zonas vulneráveis consideradas pela Secretária de Educação (Martins, Machado e Furlanetto, 2016).

Após a implementação, a SEESP divulga um Manual de Orientação de Conduta e de Proteção Escolar, este documento trás definições e práticas que norteiam as ações escolares e a dos PMEC. O manual se apoia nos direitos da criança e do adolescente em pertencer à escola e também enxerga que nela existam diferentes tipos e culturas de alunos e coloca como dever do Estado o atendimento as necessidades dos escolares, também é exposto que os alunos têm o direito a um tratamento justo e cordial por parte dos integrantes da escola. Além de suas obrigações o documento também traça que é papel do aluno frequentar regularmente e pontualmente a escola e também realizar diversos esforços para progredir em sua educação. Também está presente o que a SEESP enxerga como condutas que atrapalhem o andamento da instituição, sendo elas: faltas escolares e condutas que os professores e gestores julguem atrapalhar o ambiente escolar, sempre levando em conta a idade do aluno e a reincidência no ato. Também neste período é criado outro documento o “Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania”, este arquivo seguia a intensão de suprir a escola de suas necessidades teóricas acerca de conceitos de direito civil e constitucional, fornecer informações e esclarecimento relacionados na manipulação dos conflito e também apresentar quais instâncias recorrer diante a uma ocorrência. (Gomes e Martins 2016)

Seguindo adiante, após apresentar o Sistema de Proteção Escolar, serão apresentados pontos de vista acadêmicos que em pesquisa sobre o projeto apresentaram dados e informações pertinentes para nossa pesquisa.

Voltando a apresentar dados de autores já mencionados (Martins, Machado e Furlanetto, 2016) a SEESP calcula que existam em torno de 3 mil PMECs e que este número reflète num aumento de 50% desde sua criação. Além deste dado os pesquisadores trazem outras referências aos processos interativos do PMECs, foi

constatado que os professores entrevistados que desempenham esta função afirmam que mais da metade dos alunos não respondem suas funções no cumprimento das regras escolares, também é expresso que muitos dos outros professores não dão atenção aos problemas dos alunos, embora através de recompensas pelo bom comportamento contribuem para a diminuição de casos de violência. Os pesquisadores também questionaram os PMECs a respeito de suas funções e os discursos apresentados eram na maioria das vezes transcrições de informações presentes nos manuais, também foi obtido como resultado que estes professores enxergam suas funções como ações que realmente possam ajudar a escola a enfrentar problemas de violência e ainda afirmam terem notado diminuição nos casos de conflitos, maior frequência dos alunos, menor índices de gravidez, diminuição nos casos de “*bullying*” e de depredação ao mobiliário.

Leitão (2010) (apud. Silva e Assim; 2017) nos mostram que investimentos em políticas públicas de esclarecimento e educação, como é o caso do Sistema de Proteção Escolar, são menores do que os investimentos fornecidos em segurança pública e justiça criminal. Esta interpretação evidencia o custo e benefício de programas que estejam pautados na educação e na discussão da violência escolar em relação às medidas preventivas por parte dos órgãos de justiça e segurança.

O trabalho de estruturação e esclarecimento, acerca do Programa de Proteção Escolar e seus manuais, realizado por Gomes e Martins (2016) exposto acima oferecem uma visualização completa de como funcionam. Outro ponto desta mesma pesquisa que se faz interessante para nós são as percepções dos autores acerca dos resultados estudados, que constata algumas falhas. A primeira dela está nos PMECs, pois a pesquisa identificou que os profissionais que preenchem esses cargos muitas às vezes o assumem como última escolha, como ação de sobrevivência profissional, deste modo intui-se que este sentimento dificulta e atrapalha o andamento do programa. Outra crítica realizada está especificamente no Manual de Proteção Escolar e de Promoção da Cidadania, os autores enxergam como negativa as orientações do manual de encaminhamento dos envolvidos aos órgãos de direito da aplicabilidade da legislação, pois não fazem nenhuma menção do contato da escola com a familiar na intenção de juntos assumirem suas responsabilidades.

Analisar políticas públicas é na maioria das vezes uma tarefa bastante difícil, isso se faz porque elas estão completamente amarradas a interesses políticos, deste modo fica exaustivo apresentar pontos positivos e negativos referente aos programas de intervenção, nossa intenção, e trabalho aqui, foi a de encontrar referências que possam contribuir para a construção de discussões e críticas e não a de valorizar ou desvalorizar políticas públicas relacionadas à violência escolar.

Discussão:

Vimos que a violência escolar tem sido algo que desperta interesses acadêmicos, políticos e midiáticos, e indo mais fundo descobrimos conceitos que contribuem para a discussão e que despertam reflexão acerca do impacto deste no cotidiano e na vida dos envolvidos.

Carmichael e Ward (2001), Grogger (2007), Karakus et. al. (2010) (apud. Tavares e Pietrobon; 2016) mostram que a violência escolar tem interferência direta no futuro da criança e do adolescente, seja eles sendo vítimas ou agressores, pois eles têm menos chances de concluir o ensino médio e de assim ingressar no ensino superior, menor sucesso no mercado de trabalho e por último de continuar condutas de violência, seja elas com o outro ou consigo mesmo, no caso de suicídio. Este último vem despertando intensamente o interesse da mídia com as notícias apresentadas em nossa introdução e também nos recorrentes casos de suicídio relacionados ao “*Bullying*” escolar. Os autores também mostram que na maioria dos casos de depredação, roubo e furto os envolvidos pertencem às classes sociais mais baixas, justificando as pesquisas de outros autores que relacionam a violência escolar com os sistemas político-econômicos da sociedade. Já para os casos de agressões interpessoais os autores encontram relação do agressor com a violência familiar.

Interpretando as informações contidas na pesquisa é possível perceber que os alunos que utilizam da violência no espaço escolar são na verdade vítimas de outras formas de violência. Os entornos dos espaços que este sujeito orbita também se encontram precários, para ele falta condições básicas da vida como: alimentação, moradia, saúde, segurança, saneamento e etc. Essas “faltas” quando lançadas somente para o campo da educação trás para a escola não só um sujeito para a formação de conteúdos e aprendizagens, mas também um sujeito carente de aspectos básicos e, que como vimos através dos autores, ressoam essas dificuldades no espaço social escolar, seja de formas violentas que ataquem os aspectos físicos da escola, como furtos e depredações, ou através de formas relacionais, que são os casos de agressões e “*bullying*”. As precariedades encontradas na vida do aluno não só refletem nele, mas também no ambiente

familiar, e os pesquisadores mostram importante influência da família nos casos de violência interpessoal.

Njayne e Minayo (2003) ao investigar a opinião de jovens a respeito da violência escolar destacam que o termo “*humilhação*” foi bastante presente nas falas dos alunos e mostram que há uma prática de reprodução deste comportamento, onde a vítima em uma situação, se torna agressor em outra. Estes achados confirmam o aparecimento do “*bullying*” nos espaços acadêmicos e midiáticos como também oferece pistas que esclarecem o crescimento desses casos nas escolas. Também os autores percebem que a relação dos adolescentes no espaço escolar é marcada por diversas tensões e que muitas às vezes os alunos utilizam da violência como forma de amenizar essas tensões.

Se aprofundando nesta ideia de utilizar a violência para ultrapassar tensões relacionais, conseguimos intuir que muitas vezes este modo de operar através da violência carrega consigo uma falta de análise das ações e das consequências. Em casos de menor intensidade e gravidade ao utilizar a violência o sujeito pode até tirar como resultado de suas ações um sentimento de bem estar ao ultrapassar a tensão social, mas as notícias e a literatura nos mostram, que em casos de maior gravidade e intensidade o resultado dessas ações trazem diversos problemas ao sujeito agressor, sejam resultados legais através das prisões, ou resultados psicológicos, como dissociação da realidade e depressão que levam o sujeito a se auto-prejudicar através do suicídio.

Araújo (2012) fez uma pesquisa bastante interessante, através do conceito de palavras indutoras o autor expressava essas palavras aos estudantes pesquisados e então anotava as respostas e depois investigava palavras comuns presentes nos discursos dos entrevistados. Deste modo o autor verificou que a palavra indutora “violência escolar” despertava nos estudantes o sentido da palavra assédio, que para eles significavam resumidamente a invasão do espaço e a falta de respeito com o outro. Este estudo nos mostra que os alunos contêm uma informação valiosa e condizente com o esperado, mas o que se questiona é o porquê de a violência na escolar ter aumentado e não diminuído, uma vez que os jovens detêm uma informação restaurativa. A resposta é encontrada quando relacionamos o discurso com a prática, este antigo paradigma está presente em diversas situações

onde a teoria não se aplica na prática. Leal e Zaluar (2001) (apud. Dell’Aglío, Giordani e Seffner; 2017) ao realizar grupos de discussão acerca da violência escolar com estudantes declaram que o problema talvez não se encontre na informação e na ausência de conflitos na escola e sim na falta de espaços democráticos para a manipulação dos conflitos.

Estes achados auxiliam e muito na construção de novas políticas públicas acerca da violência escolar e também possibilitam que antigos programas possam reformar suas estratégias e conceito. Isso nos mostra que muito às vezes o que falta não é a informação e sim o diálogo. Propor espaços democráticos nada mais é do que atuar no direito dos sujeitos de ouvir e serem ouvidos. Há muitos elementos escolares que excluem a possibilidade do surgimento de espaços democráticos, como é o caso da hierarquia escolar e também da rigidez tomada na necessidade de controle dos alunos, por parte dos professores e funcionários.

Pensar nas decorrências que a violência escolar traz para o sujeito e para a sociedade é demasiadamente importante, pois como vimos anteriormente tanto o sujeito quanto à sociedade vêm apresentando indícios de que a violência escolar está reconfigurando formas de relação social e mexendo intensamente na estrutura política e econômica de todo o mundo.

Conclusão:

Concluir algo a respeito da violência na escola é descabível, e sem efeito, ao máximo possível é indicar que a violência tem aumentado como sempre esteve aumentando e isso nunca vai parar. Como a violência tem sido pouco pesquisada e estudada, por isso pouco se conhece sobre o violentador e sua vítima. Diante do exposto, não a nível de conclusão, mas de despertar interesses nos aspectos múltiplos que a violência possui.

A violência escolar vêm sendo um tema bastante presente nos meios de comunicação, e que estes estão mais implicados em levantar alarmes e gerar medo a seus espectadores do que propor análises e discussões pertinentes. As notícias também carregam um teor emergencial e instantâneo para a solução desta realidade, mas os achados desta pesquisa nos mostram que o atravessamento desta situação está implicado em diversos outros mecanismos que atuam na sociedade e na escola, fazendo do atravessamento um processo lento e gradual que jamais pode ser compreendido através de um único foco.

Os aumentos nos casos de violência escolar são alarmantes sim, mas que de maneira alguma deve despertar imperativos por parte de autores e governantes, entendemos dessa forma por visualizar em nosso trabalho críticas acerca de medidas tomadas para amenizar pressões de manifestações, sendo essas medidas apenas catalizadores de mais violência, como foi o caso das instalações de mecanismos de segurança nas escolas, eles diminuíram a violência contra a estrutura, mas aumentaram as interpessoais.

Visualizar este cenário através de seu caminho histórico também é demais de valioso para o atravessamento desta crise, porque ao se confrontar com a história em nosso trabalho reconhecemos pontos que muitas às vezes passam batido em propostas de atravessamento, como é o caso da violência institucional e das primeiras tentativas de confrontar as ocorrências de violência.

Percebemos também que programas de educação que enfocam a violência escolar tem saldo positivo quando comparados com instituições escolares que não realizam nenhum programa. Mas advertimos para a necessidade de estudos profundos acerca do fenômeno, isso para que os programas educacionais não

transitem superficialmente acerca do tema, trazendo apenas mudanças na informação e não na prática.

Também entendemos as causas que o desdobramento da violência escolar tem gerado para a sociedade e para os sujeitos envolvidos. Na sociedade a violência escolar escancara ainda mais os problemas com as necessidades básicas e as dificuldades de operar uma sociedade apoiada nos ideais de consumo. Para os sujeitos percebe-se que a violência escolar gera dificuldades tanto para os agressores quanto para os agredidos e que serão arrastadas por toda a vida dos envolvidos.

Por fim destacamos a necessidade do surgimento de novas pesquisas acerca do tema, tanto de cunhos mais teóricos, como é o caso desta pesquisa, quanto ao fenômeno do violentando para que possamos retornar em aspectos práticos possibilitando a transformação na “*praxis*” do ambiente escolar.

Referências Bibliográficas:

ALVES, M. G.: Viver na escola: indisciplina, violência e bullying como desafio educacional. Lisboa – Portugal: Cadernos de Pesquisa v.46 n.161 p.594-613 jul./set. 2016.

AQUINO, J.G.: A violência escolar e a crise de autoridade discente. São Paulo: Caderno Cedes, ano XIX, n. 47, 1998.

ARAUJO, L. S.; COUTINHO, M. P. L.; MARINHO, R. S.; SARAIVA, E. R. A.: Universo consensual de adolescentes acerca da violência escolar. Bragança Paulista – SP: Psico – USF, v. 17, n.2, 2012.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física / Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais/ Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998b

CHARLOT, B.: A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Porto Alegre – RS: Sociologias, ano 4, n. 8, 2002.

DELL'AGLIO, D. D.; SEFFNER, F.; GIORDANI, J. P.: Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. São Paulo: Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, n. 1, p. 103-111, Jan./abr. 2017.

FURLANETTO, E. C.; MACHADO, C.; MARTINS, A. M.: Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. São Paulo: Cadernos de Pesquisa v.46 n.161 p.566-592 jul./set. 2016.

GARCIA, M. P. P.: Violência escolar y vida cotidiana em la escuela secundaria. Distrito Federal - Mexico: Revista Mexicana de Investigación Educativa, v. 10, n.27, 2005.

GOMESA, R. A.; MARTINS, A. M.: Conflitos e indisciplina no contexto escolar: a normatização do Sistema de Proteção Escolar em São Paulo. Rio de Janeiro – Brasil: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., vol. 24, n.90, p. 161 – 178, jan./mar 2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n 9.394/96, de 20/12/1996

MARTINS, J. e BICUDO, M. A. V. . A Pesquisa qualitativa em Psicologia: Recursos Básicos. São Paulo: Moraes e EDUC, 1989.

MARTINS, M. J. D.: O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. Universidade do Minho Braga, Portugal: Revista Portuguesa de Educação, vol. 18, núm. 1, pp. 93-115, 2005.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Violencia na escola: Identificando pistas para a prevenção. Botucatu – SP: Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n.13, 2003.

PESCADOR, J. E. P.; DOMINGUES, M. R. F.: La violencia escolar: Um punto de vista global, Zaragoza – Espanha: Rev. Interuniversitaria de Formación de Profesorado, n. 41, 2001.

SILVA, F. R.; ASSIS, S. G.: Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura, São Paulo – Brasil: Educ. Pesqui, Ahead of print, 2017.

SILVA, J. M. A. P.; SALLES, L. M. F. A violência na escola: Abordagens teóricas e propostas de prevenção, Curitiba – Brasil: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 217-232, 2010. Editora UFPR.

SPOSITO, M. P.: Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 27, n. 1, 2001.

TAVARES, P. A.; PIETROBOM, F. C.: Fatores associados a violência escolar: evidências para o estado de São Paulo. São Paulo: Estud. Econ., v. 46, n. 2, p. 471-498, abr./jun., 2016.

ORIENTADOR

CO-ORIENTADOR

Prof. Dr. Luiz Augusto Normanha Lima

DISCENTE

Paula Pastori Sales de Andrade